



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

Sua Referência:

Nossa Referência: FP 045/2026

Data: 19/05/2026

Ex.^{mo} Senhor

Ministro da Educação, Ciência e Inovação

Dr. Fernando Alexandre

Ministério da Educação

Avenida Infante Santo, nº 2

1350-178 Lisboa

Assunto: Pedido de esclarecimento sobre a eventual transformação do Instituto Politécnico do Porto e do Instituto Politécnico de Leiria em instituições universitárias

Senhor ministro,

Há já algum tempo que decorre no espaço do ensino superior público português, e também no seio de várias instituições, uma discussão em torno da eventual transformação do Instituto Politécnico do Porto e do Instituto Politécnico de Leiria em instituições universitárias. Contudo, apesar das múltiplas notícias que têm sido publicadas pela comunicação social, muito pouco se conhece, de forma objetiva e confirmada, sobre os concretos termos, enquadramento e desenvolvimento destes processos, situação que tem contribuído para um clima de incerteza e preocupação no sector.

Importa igualmente salientar que é público que estas duas iniciativas não reúnem consenso. Têm vindo a ser manifestadas reservas e preocupações por diferentes instituições e organizações representativas do sector, designadamente pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), pelo Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) e pela Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado (APESP). Também docentes e investigadores das instituições envolvidas têm manifestado preocupação quanto à ausência de garantias, de diálogo estruturado e de respeito pelos princípios de participação democrática, assim como relativamente às consequências que as soluções em discussão poderão ter ao nível dos regimes de carreira.

Acresce que estes processos, já longos, decorrem agora num momento particularmente relevante do ponto de vista legislativo e institucional, considerando a recente aprovação, pela Assembleia da República, da revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e a sua previsível entrada em vigor a curto prazo.

A FENPROF tem procurado acompanhar de perto esta situação desde o primeiro momento, pelas profundas implicações que processos desta natureza tendem a acarretar para o funcionamento das instituições de ensino superior envolvidas, para os seus docentes e investigadores e para a organização do sistema de ensino superior português como um todo. Foi precisamente com esse propósito que alguns dos sindicatos da FENPROF promoveram recentemente plenários com docentes no Instituto Politécnico do Porto e no Instituto Politécnico de Leiria, bem como reuniões com os Presidentes de ambas as instituições. Desses contactos resultou a percepção de que existe a expectativa de que os referidos processos de transformação

possam vir a ser concluídos a curto prazo, ainda ao abrigo do atual Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES).

Ora, estando em causa matérias suscetíveis de produzir efeitos diretos sobre carreiras, organização do trabalho e direitos profissionais dos trabalhadores do ensino superior, a FENPROF entende que estes processos não podem deixar de ser objeto de informação, consulta e negociação sindical, nos termos legalmente aplicáveis à Administração Pública e ao regime de trabalho em funções públicas, designadamente ao abrigo do disposto nos artigos 347.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Todavia, apesar do significativo impacto socioprofissional associado a estas iniciativas, a FENPROF, estrutura sindical representativa dos docentes e investigadores do ensino superior português, não foi, até ao momento, formalmente envolvidas em qualquer fase destes processos, ao contrário do que é publicamente conhecido relativamente a outras entidades do setor, designadamente a Direção-Geral do Ensino Superior (DGES), a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), o Conselho Coordenador do Ensino Superior (CCES), o CCISP e o CRUP.

Vem, portanto, a FENPROF solicitar ao Senhor Ministro da Educação, Ciência e Inovação que esclareça se estes processos irão ou não avançar e, em caso afirmativo, em que termos tal ocorrerá face à entrada em vigor do novo RJIES.

Caso o Governo pretenda dar continuidade a estes processos, a FENPROF solicita ainda que sejam esclarecidas quais as próximas etapas previstas e de que forma serão assegurados os procedimentos de informação, consulta e negociação sindical legalmente aplicáveis.

A FENPROF reitera que a relevância e sensibilidade destas matérias exigem processos devidamente informados, participados, transparentes e esclarecedores relativamente às intenções, objetivos, impactos e consequências destas transformações, assentes no respeito pelos direitos de participação sindical e pelos princípios da boa administração pública.

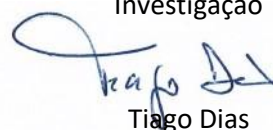
Com os melhores cumprimentos,

Pe'l'O Secretariado Nacional



José Feliciano Costa
(Secretário-geral)

Pe'l'O Departamento do Ensino Superior e
Investigação



Tiago Dias
(Coordenador)